Ranking de Notícias: Censura à ConJur foi destaque na semana

A revista **Consultor Jurídico** foi condenada por publicar informações que desagradaram um desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo. Em primeiro grau, o juiz determinou o pagamento de indenização, além de proibir a **ConJur** de citar o nome dele em qualquer reportagem. Em segundo grau, o julgamento foi interrompido por um pedido de vistas. O desembargador, que já tentou censurar outro site, pediu a majoração da pena. *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

Conflito de competência

O Superior Tribunal de Justiça reconheceu sua competência para julgar divergências entre o árbitro e o juiz togado. De acordo com a 2ª Seção da corte, os conflitos de competência entre o Judiciário e as câmaras arbitrais devem ser julgados pela próprio STJ, com base no artigo 105 da Constituição Federal. A maioria dos ministros também entendeu que a existência de cláusula contratual que abre mão da jurisdição do Estado transfere ao árbitro a prerrogativa de todas as medidas cabíveis, inclusive remédios cautelares. *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

Regime próprio

Os defensores públicos não são advogados públicos, possuem regime disciplinar próprio e têm sua capacidade postulatória decorrente diretamente da Constituição Federal. Logo, não precisam se submeter aos ditames da Ordem dos Advogados do Brasil. Com essa argumentação, a 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região manteve decisão, em Mandado de Segurança, que proíbe a OAB-SC de notificar os associados da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais (Anadef) pela falta de registro profissional. *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

ESPECIAIS

Entrevista do domingo

Em entrevista à revista **Consultor Jurídico**, o advogado Naum Rotenberg, primeiro advogado a ser contratado pelos fundadoras da banca Demarest e Advogados conta sua experiência desde quando era estudante até como se mantém até hoje na ativa. “O advogado progrediu e muito, não só no Direito, mas também no exercício da profissão. Hoje em dia, com a tecnologia e com os ensinamentos que a tecnologia nos traz, o advogado, como qualquer profissional, recebe uma gama de conhecimentos que o colocam em uma situação muito mais vantajosa do que há 50 anos”. *Clique [aqui](#) para ler a entrevista.*

Coluna da Semana

Em sua coluna *Diário de Classe*, o professor de Direito Rafael Tomaz de Oliveira trata da tentativa de conciliação entre o Legislativo e o Judiciário e a aprovação da PEC 33, que submete decisões do Supremo ao Congresso Nacional. Para o colunista, “esse acontecimento representa algo que pode ser tido como uma característica recorrente da política nacional: em vez de enfrentar de forma efetiva o problema, prefere-se partir para uma conciliação — geralmente ocorrida entre quatro paredes — sem transparência e ampla participação da sociedade”. *Clique [aqui](#) para ler a coluna.*

Artigo da semana

O professor de Direito Luís Roberto Barroso defende em seu artigo a adoção de ações afirmativas, como as cotas raciais em universidades. “As cotas são um mecanismo emergencial e paliativo de promover ascensão social e, sobretudo, de propiciar à próxima geração — os filhos dos cotistas — maiores chances de romper o cerco e de ter acesso a bens sociais e valores culturais que fazem a vida ser melhor e maior”, afirma. Segundo Barroso, as ações afirmativas irão melhorar o país no futuro. “Tenho fé que, em algumas gerações, a cor da pele será irrelevante. O processo civilizatório tem derrotado sucessivos preconceitos. Nesse dia, não precisaremos mais de ações afirmativas”, conclui. *Clique [aqui](#) para ler o artigo.*

Audiência

Medição do Google Analytics aponta que a **ConJur** recebeu 404 mil visitas e teve 964 mil visualizações de página de 3 a 9 de maio de 2013. A segunda-feira (6/5) foi o dia com mais acessos, quando o site recebeu 72,4 mil visitas.

O texto mais lido, com 8,9 mil visitas, foi a entrevista com o advogado Naum Rotenberg, primeiro advogado a ser contratado pelos fundadoras da banca Demarest e Advogados. Na entrevista, o advogado conta sua experiência e acredita que tecnologia trouxe situação vantajosa a advogados. *Clique [aqui](#) para ler.*

O segundo texto mais lido, com 8,2 mil visitas, é a notícia sobre a censura que a **ConJur** sofre há mais de dois anos e meio. A revista foi condenada por publicar informações que desagradaram um desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo. Além ser condenada a indenizar, a **ConJur** está proibida de falar no nome desembargador. *Clique [aqui](#) para ler.*

As 10 mais lidas

["Primeira coisa que advogado deve fazer é estudar fora"](#)

[ConJur é condenada por noticiar processo contra juiz](#)

[Cotas e justiça racial: de que lado você está?](#)

[Tuma Jr. conta como ministros do STF foram grampeados](#)

[CNJ pede teste de sanidade em juiz catarinense](#)

[Sentença do STJ sobre desaposentação orientará TRFs](#)

[Defensor da União não se sujeita às regras da OAB](#)

[Restrição para uso do banheiro não garante indenização](#)

[Cabem honorários sucumbenciais em processo trabalhista](#)

[O "sentire" do professor e o valor da palavra "não"](#)

Comentário da Semana

Na notícia sobre a condenação da **ConJur** por publicar notícia sobre processo contra um desembargador, o advogado Marcos Alves Pintar fez o seguinte comentário: "O CNJ deveria monitorar essas demandas,

pois a desmoralização do Poder Judiciário é evidente. Ao se censurar a imprensa e impedir que cidadãos comuns se manifestem (como aconteceu com um advogado que foi impedido de acessar redes sociais) passa-se à população a imagem de um Poder centrado em si mesmo, abalando o conceito que o cidadão comum faz do Judiciário. Obviamente que os juízes ligados ao TJSP não se importam com isso, mas o CNJ deveria se importar". *Clique [aqui](#) para ler.*

Manchetes da Semana

[CSLL incide sobre Imposto de Renda, decide Supremo](#)

[Controvérsias entre árbitro e juiz devem ser julgadas pelo STJ](#)

[CCJ da Câmara aprova PEC sobre ICMS em comércio eletrônico](#)

[STF discute se embargos do mensalão vão para o revisor](#)

[MP passa informações distorcidas em processo, diz TJ](#)

[Delúbio Soares pede absolvição da acusação de quadrilha](#)

[Advogado não responde solidariamente por litigância de má-fé](#)

[Supremo envia embargos do mensalão para parecer da PGR](#)

[Origem de capital define nacionalidade de empresa](#)

["Primeira coisa que advogado deve fazer é estudar fora"](#)

[Compensação tributária com precatório ainda é dúvida](#)

[Barbosa aponta falta de pluralismo na imprensa brasileira](#)

[Cabe à Justiça do Trabalho analisar ação sobre direito de greve](#)

[Cinco réus pedem que Barbosa deixe de relatar mensalão](#)

Date Created

11/05/2013